

## REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA DOCENTE COM CRIANÇAS DE 04 e 05 ANOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL<sup>1</sup>

**Priscila de Sousa Barbosa**

Doutoranda e Mestre em Ciências da Educação

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; [priscila.sousa.barbosa@hotmail.com](mailto:priscila.sousa.barbosa@hotmail.com)

**Resumo:** A educação infantil atualmente tem sido reestruturada a partir de políticas que propõem a obrigatoriedade do ensino a partir dos 04 anos levando os professores a revisar práticas de acordo com os princípios de educar e cuidar dispostos em Brasil (2010a). Mediante essa questão buscou-se refletir sobre algumas das práticas educativas exercidas por 06 professoras de uma escola pública municipal. Realizou-se uma pesquisa exploratória descritiva com abordagem qualitativa, com uso de aplicação de roteiros de observação não participante e entrevista semiestruturada. Como participantes, 06 professoras que atuam em uma escola pública municipal de São Luís que atende a Educação Infantil. Percebeu-se que algumas professoras não têm formação adequada para atuar neste nível e que suas práticas educativas têm sido prejudicadas por conta da falta de materiais, inseguranças nas escolas, comprometimento dos pais com assiduidade e permanência dos filhos na escola e de formação e cursos oferecidos pela secretaria de educação.

**Palavras-chaves:** Infância. Práticas educativas. Pré-escola.

### INTRODUÇÃO

A Emenda Constitucional n.º 59/09 configura-se como um grande avanço na busca por qualidade da educação propostos pela Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 2005) e pelo Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Lei nº 13.005/14 que propôs a universalização até 2016 a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 a 05 anos de idade e a oferta de educação infantil em creches visando atender 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 anos.

Sobre essa universalização, os dados do Censo Escolar de 2015 (BRASIL, 2016) chamam atenção e demonstram um índice ainda alarmante, apesar de um lado ter as creches que atendem crianças até 03 anos e que apresentaram 5,2% a mais de matrículas do que em 2014 – sendo essa a única etapa com aumento de matrículas em relação a todos os outros níveis, passando de 2,9 a 3 milhões aproximadamente de atendimentos. No mesmo nível temos a Pré-escola, na qual a idade de 04 anos foi considerada a mais crítica, pois apesar dos quase cinco milhões de estudantes ainda 690 mil crianças estão fora da escola.

No Brasil existem atualmente por volta de 84 mil escolas, que pertencem a rede pública municipal com quase dois milhões de crianças até 03 anos e 3,6 milhões de matrículas na pré-escola. Deste total de escolas públicas municipais que atendem a educação infantil 38 mil na zona

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido para aprofundamento das temáticas a serem discutidas no Doutorado em Ciências da Educação.

urbana e 46 mil na zona rural. Já na rede particular são mais de 30 mil estudantes, sendo 1 milhão na creche e 1,2 milhões na pré-escola (BRASIL, 2016). No município de São Luís/MA, segundo Dados do Censo 2014 (Censo Escolar/INEP 2014), existem em funcionamento 78 escolas que atendem 3528 estudantes na creche e 10252 estudantes na pré-escola.

Considerando essas questões e para saber de que forma os professores da educação infantil estão desenvolvendo suas práticas com crianças de 04 e 05 anos na Rede Municipal de São Luís, buscou-se como objetivo geral analisar as práticas educativas exercidas dos professores que atuam com o público de 04 a 05 anos, respeitando a Emenda Constitucional n.º 59/2009 que propõe a obrigatoriedade da matrícula de crianças de 04 anos nas escolas públicas municipais a partir de 2016.

## **METODOLOGIA**

A investigação desenvolveu-se a partir de uma pesquisa com abordagem qualitativa dividida em três etapas de acordo com o ciclo de pesquisa como sugere Minayo (2015): fase exploratória da pesquisa; trabalho de campo; elaboração do tratamento do material recolhido no campo.

Como a problemática da pesquisa indicava saber de que forma os professores da educação infantil estão desenvolvendo suas práticas com crianças de 04 e 05 anos na Rede Municipal de São Luís. Optou-se por aplicar as entrevistas apenas com as 06 professoras que atuam nas turmas de Pré-escola.

Como instrumento de coleta de dados optou-se pela observação não participante e a aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturado. As questões apresentadas às professoras direcionavam-se em dois blocos. O Bloco I tratava sobre a caracterização das participantes da pesquisa e o Bloco II sobre questões inicialmente sobre o conceito de infância e educação infantil tal como sua importância e acerca da obrigatoriedade da matrícula de crianças de 04 anos nas escolas públicas municipais a partir de 2016, dispostas na Emenda Constitucional n.º 59/2009 e no PNE 2014-2024.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa se deu em uma escola pública municipal de São Luís/MA, localizada em um bairro de periferia, que atende hoje cerca de 180 crianças com idades entre 03 a 05 anos em turmas de Creche e Pré-Escola. A escola conta com 12 professoras nos dois turnos, 02 coordenadoras pedagógicas, 01 gestora geral, 02 funcionários da limpeza, 02 merendeiras, a escola não tem vigia e nem porteiro. Das 12 professoras, 10 são professoras do ensino comum, sendo que 06 professoras

atuam nas turmas de Pré-escola e 04 nas turmas de Creche cada uma no seu turno no ensino comum e 02 da Sala de Recursos Multifuncional, também cada uma em seu turno.

Quanto aos dados coletados a partir da observação não participante observaram-se aspectos sobre a frequência, rotina de atividades no dia a dia da escola e em situações vivenciadas como alguns momentos que quase não se percebia a interação entre professoras e crianças, como se fosse uma atividade mecânica, distante daquilo que aponta Brasil (2010a) e da defesa de uma pedagogia interacional na educação infantil como aponta Oliveira (2011, p.207) “nas creches e pré-escolas, esse parceiro da criança em seu processo é o professor. Sua função é a de ser uma pessoa verdadeira, que se relacione afetivamente com a criança”, pois como ressalta a autora: “garantindo-lhe a expressão de si, visto que ela precisa de alguém que acolha suas emoções e, assim, lhe permita estruturar seu pensamento”.

Nas outras turmas observaram-se algumas poucas situações em que a professora utilizava alguns materiais com os alunos que não fossem o livro-texto, lápis de escrever e lápis de cor. Algumas atividades no livro sugeriam o uso de tinta ou de picote e colagem, que em muitas situações eram deixados para depois, pois em muitas vezes não se tinha material adequado ou não tinha água na escola.

Depois desse momento, as crianças se dirigem sempre em filas para as suas salas. Em salas sentam em suas cadeiras, já demarcadas, “para evitar conversa”, confessa uma professora, abrindo o livro e relembrando com as crianças assuntos trabalhados no ano letivo, que estão atrasados por conta da greve. Em uma das salas, observaram-se as crianças fazendo atividades xerocopiadas de caligrafia, trabalhando a letra cursiva que a professora apontou como “necessárias” já que nos próximos meses as crianças iriam cursar o 1º ano do Ensino Fundamental e não queria ouvir críticas que os alunos “não sabiam de nada”.

Algumas atividades no livro-texto utilizado sugeriam o uso de tinta ou de picote e colagem, que em muitas situações eram deixados para depois, pois em muitas vezes não se tinha material adequado ou não tinha água na escola. Duas das professoras inclusive mostraram em seus armários que o material que possuíam foi adquirido com recursos próprios e, por isso ficavam “economizando” para os projetos e para as datas comemorativas. Lamentavelmente em um dos finais de semana, ocorreu uma invasão de vândalos na escola, que acabou destruindo alguns daqueles materiais pertencentes às professoras e outros itens da escola, a Sala de Recursos, por exemplo, ficou totalmente desorganizada e teve muitos materiais destruídos.

Na aplicação da entrevista semiestruturada no Bloco I pode-se identificar que todas as participantes atuantes na educação infantil eram do sexo feminino, sendo que uma das professoras tem entre 26 a 30 anos, duas entre 31 a 35 anos e três com mais de 36 anos de idade. Em relação à formação em nível de graduação as professoras, duas são formadas em Pedagogia, duas fizeram apenas o Curso Normal e duas tem curso de bacharelado e estão participando de programas de formação docente. Sendo possível observar a ação do Artigo 62 da Lei 9.394/96 atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que trata da formação dos professores para atuar na educação infantil (BRASIL, 1996), principalmente quanto às professoras que não tem formação específica para atuar na educação básica.

Sobre o tempo de docência na educação infantil destas professoras, viu-se que uma professora atua por volta de 04 anos neste nível, duas professoras tem de 06 a 10 anos, uma tem de 11 a 15 anos, uma tem de 16 a 20 anos e uma professora tem mais de 18 anos de experiência docente com crianças pequenas.

No Bloco II da entrevista, as questões iniciaram tratando acerca dos conceitos de criança, infância e educação infantil e sua importância. Porém, 30% das professoras tiveram dificuldades em conceituar e diferenciar os termos. 40% das participantes tiveram dificuldades em relacionar aspectos referentes à história da criança e da infância na visão europeia como aqueles discutidos por Ariés (2012) e como já afirma Del Priore (2001) sobre a perspectiva brasileira, já que pouco se fala sobre a concepção de infância e criança no Brasil Colonial.

Quando questionadas sobre as maiores dificuldades enfrentadas, as professoras foram unânimes em afirmar que a falta de materiais e a insegurança na escola é um dos fatores que mais prejudicam o trabalho delas atualmente, uma das professoras lembrou que no ano anterior, por conta da greve dos professores do município que durou mais de 100 dias, e reivindicava melhores condições de trabalho entre eles materiais didáticos e de higiene para as escolas, segurança nas escolas, concurso público e aumento dos salários de acordo com a Lei nº 11.738/08 - que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (BRASIL, 2008). 51% das participantes apontaram ainda que a falta de comprometimento dos pais com assiduidade gera também um grande comprometimento na aprendizagem dos alunos, porém como comentado por uma das professoras, o Programa Bolsa Família que é condicionado com a frequência escolar, tem aumentado a permanência e progressão educacional de um maior número de crianças na escola.

Sobre a questão das formações, cursos e oficinas oferecidas pela escola ou pela secretaria municipal de educação com temáticas relativas a assuntos pertinentes à educação infantil, as professoras comentaram que atualmente a escola e a secretaria não têm proporcionado formação específica, como acontecerem nas gestões anteriores, apesar de já ser estabelecido na escola o direito de 1/3 da carga horária a ser destinado às atividades extraclasse como estabelece a Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 (BRASIL, 2008).

Um dado que nos chama atenção, foi quando se questionou as professoras sobre a proposta da Emenda Constitucional n.º 59/2009 quanto à obrigatoriedade da matrícula de crianças de 04 anos nas escolas públicas municipais a partir de 2016, em cerca de 80% não demonstraram ter muitas informações ou não saber nada a respeito do fator de obrigatoriedade.

Das professoras entrevistadas, apenas 70% afirmaram que um dos fatores que prejudicam seu trabalho com crianças de 04 e 05 anos nesta escola pública municipal têm se dado por conta da falta de materiais, inseguranças nas escolas, falta de comprometimento dos pais com assiduidade e permanência dos filhos na escola, falta de formação para as docentes seja por meio de formação na própria escola, seja por cursos ou palestras oferecidos pela secretaria de educação em horário compatível com seu turno de trabalho.

Sobre essas questões, Kishimoto e Oliveira-Formosinho (2013) lembram que o (a) professor (a) da educação infantil traduz-se como aquele ser que deverá transmitir conhecimentos aos alunos da primeira infância, em o profissional da educação que atua neste nível tem em meio a sua ação que lidar com problemas não apenas de cunho cognitivos, mas também com questões distantes da missão que a escola deverá exercer.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste breve estudo buscou-se refletir sobre as práticas educativas exercidas dos professores nas pré-escolas que atendem ao público de 04 a 05 anos, respeitando a proposta pela Emenda Constitucional n.º 59/2009 que propõe a obrigatoriedade da matrícula de crianças de 04 anos nas escolas públicas municipais a partir de 2016. A partir do desenvolvimento de uma observação não participante e da aplicação de um roteiro semiestruturado, verificou-se como 06 professoras que atuam diretamente nas turmas da pré-escola desenvolvem suas práticas.

Os aspectos brevemente relatados de uma experiência que se deram durante os meses de janeiro a junho de 2016 e sofreram inúmeras complicações para o seu desenvolvimento já que compreendeu o final do ano letivo de 2015 (que se encerrou apenas em meados de março em virtude de uma greve que prejudicou 100 dias letivos), o recesso docente de 15 dias (que é

obrigatório), o retorno do ano letivo (que se deu somente no começo de abril) que foi mais uma vez prejudicado por outra greve entre os meses de maio e junho. Fatos estes que seguramente pode-se afirmar que prejudicaram a aprendizagem daquelas crianças e o desenvolvimento das práticas das professoras.

Observou-se que as práticas das professoras são muito prejudicadas pelas condições externas, como a falta da organização do tempo, do espaço e da disponibilização de materiais adequados para trabalhar com as crianças. O desenvolvimento das ações daquelas professoras, em que se percebe muitas vezes desânimo, provavelmente está relacionado à falta de condições de trabalho e da insegurança das escolas, somados a isso, a falta de compromisso com os pais na pontualidade e frequência dos filhos e, a falta de apoio da própria secretaria municipal de educação, a qual lhe cabe para o cumprimento da Emenda Constitucional n.º 59/2009 ofertar as crianças qualidade na oferta de serviços.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, v. 1, n. 9, p. 8, 2012.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília: Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação, 2010a.

\_\_\_\_\_. INEP. **Censo escolar 2014/2015**. Ministério da Educação. Brasília: 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo> Acesso 01 Agosto 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm) Acesso em: 27 julho 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro** de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **Em busca da pedagogia da infância**: pertencer e participar. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 7ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.